COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO REQUERIMENTO Nº . DE 2025

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "Condições de trabalho das e dos Nutricionistas".

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para debater o tema "Condições de trabalho das e dos Nutricionistas", com a presença dos seguintes convidados:

- 1. Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério do Trabalho;
- 3. Representante do Ministério da Educação;
- 4. Representante da Federação Nacional dos Nutricionistas;
- Representante do Sindi-Nutri-SP;
- 6. Representante do Conselho Federal de Nutrição.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento se justifica pela necessidade de debater e buscar soluções para as diversas e graves questões que afetam as e os nutricionistas, profissionais essenciais na equipe de saúde multiprofissional, especialmente aqueles que laboram em Organizações Sociais (OSs).

Os pleitos apresentados pelo Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP) indicam uma precarização das condições de trabalho e disparidades significativas em comparação com outras categorias da saúde. Dentre os





principais pontos que serão abordados nesta audiência, com relevância para a esfera pública e administrativa, temos: adicional de insalubridade; equiparação salarial e discrepância de jornada; condições de trabalho inadequadas e metas abusivas; desvio de função; etc.

O momento da audiência pública também se mostra oportuno para dar atenção especial a Projetos de Lei de interesse da categoria e que estão em trâmite no Congresso Nacional, a exemplo do PL das 30 horas e do PL do Piso Nacional da Nutrição.

O debate dessas questões no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público é fundamental, pois envolve a gestão de pessoal em entidades que prestam serviços públicos (Organizações Sociais), a aplicação de normas trabalhistas (insalubridade, jornada) e o impacto direto na qualidade do serviço de saúde oferecido à população. Bem como permitirá a manifestação de sindicatos, profissionais e representantes do governo para buscar soluções legislativas e administrativas para o aperfeiçoamento da gestão e do serviço público de saúde.

Sendo tema de inegável relevância para a sociedade e para o Parlamento brasileiro, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2025.

Deputada SÂMIA BOMFIM PSOL/SP



